Proc. TC 020.166/2015-0
Relatório de Auditoria

Parecer

Trata-se de auditoria realizada na Superintendência Regional do Incra no Estado de São Paulo (SR-08/SP), sob a forma de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC), com o objetivo de verificar a aderência à legislação específica dos procedimentos de seleção e manutenção da Relação de Beneficiários (RB) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

2. A fiscalização compõe um conjunto de sete auditorias executadas por diferentes unidades técnicas do Tribunal sob a orientação da SecexAmbiental. O Relatório de Fiscalização produzido pela Secex-SP com os achados de auditoria encontra-se à peça 153. A Unidade Técnica selecionou quatro projetos de assentamento para exame: PA Frei Pedro, localizado em Pereira Barreto/SP; PA Florestan Fernandes, localizado em Mirandópolis/SP; PA União, localizado em Guarani d'Oeste/SP, e PA Luiz Beltrame, localizado em Gália/SP.

3. A proposta original da Secex-SP, em seu relatório de auditoria, foi de realização de audiências dos seguintes gestores: Senhores Raimundo Pires Silva, José Giacomo Baccarin e Wellington Diniz Monteiro (ex-Superintendentes), Sinésio Luiz de Paiva Sapucahy Filho (ex-Chefe da Divisão de Obtenção de Terras, ex-Chefe da Divisão de Desenvolvimento e ex-Superintendente Substituto) e Reinaldo Rodrigues Leite (ex-Chefe da Divisão de Desenvolvimento). Os achados considerados graves, motivadores das propostas de audiência, foram dois, a saber: i) direcionamento, no processo de inscrição de candidatos aos Projetos de Assentamento Florestan Fernandes, Frei Pedro, União e Luiz Beltrame, a famílias indicadas por movimentos sociais, contrariando o art. 37, *caput*, da Constituição Federal c/c art. 10 da Portaria MDA n.º 6/2013 (princípio da impessoalidade); e ii) descumprimento do item 2.8 do Acórdão n.º 753/2008-TCU-Plenário, relativo à ausência da ordem de classificação de inscritos quando da publicação do resultado do processo seletivo no site da Autarquia. Em relação a outros oito achados da auditoria, a proposta da Unidade Técnica foi para que medidas corretivas fossem determinadas à Superintendência Regional quando do exame de mérito do processo.

4. O eminente Relator, Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, por meio do Despacho à peça 156, teceu várias considerações adicionais sobre as irregularidades detectadas na auditoria, e determinou à Secex-SP que realizasse nova identificação dos responsáveis, chamando-os em audiência para apresentarem suas razões de justificativa sobre o conjunto de achados registrados no Relatório de Auditoria, e não apenas em relação a dois deles como opinara inicialmente a Unidade Instrutora. Além disso, o Relator determinou que fosse promovida a oitiva da Superintendência Regional do Incra no Estado de São Paulo para manifestação sobre as irregularidades. O Relator alertou que os problemas encontrados pela Secex-SP estavam sendo constatados de forma recorrente também nas outras auditorias, cabendo uniformizar os encaminhamentos dos processos da FOC. Por fim, o despacho orientou que o retorno dos autos ao Relator se fizesse pela via deste Ministério Público de Contas.

5. Retornando os autos à Secex-SP para cumprimento do despacho do Relator, por meio da instrução à peça 159, nova identificação das condutas atribuídas a cada responsável foi realizada, tendo as propostas de audiência sido ampliadas para que constasse um número maior de ocorrências por responsável, nos moldes das orientações provenientes do despacho.

6. Para efeito de sistematização, as seguintes irregularidades, e respectivos responsáveis, foram objeto das audiências após reinstrução do feito pela Secex-SP:

Achado (irregularidade)	Responsáveis
1 - Em relação aos Projetos de Assentamento, processo de inscrição direcionado a famílias indicadas por movimentos sociais e/ou associações, contrariando o art. 37, <i>caput</i> , da Constituição Federal/1988 c/c art. 10 da Portaria MDA 6/2010 (Princípio da impessoalidade), com conseqüente lesão aos direitos de candidatos a lotes no PNRA, derivado da atuação	Raimundo Pires Silva (PA Frei Pedro) José Giacomo Baccarin (PA Florestan Fernandes)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**Gabinete da Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva**

de atores alheios aos quadros de servidores da Autarquia, os quais influenciam de maneira irregular o processo de seleção de beneficiários da reforma agrária, determinando os candidatos a serem contemplados no programa e excluindo arbitrariamente outros candidatos sem o cumprimento do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.	Wellington Diniz Monteiro (PA Florestan Fernandes, Frei Pedro e União) Reinaldo Rodrigues Leite (PA Florestan Fernandes e Frei Pedro)
2 - Encaminhamento dado ao processo do PA União para homologação das listas de beneficiários propostas em atas dos acampamentos, contrariando parecer da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra/SP, sem qualquer motivação.	Wellington Diniz Monteiro
3 - Descumprimento à determinação expedida por meio do item 2.8 do Acórdão 753/2008-TCU-Plenário, tendo em vista a não publicação da ordem de classificação de inscritos quando da divulgação do resultado do processo seletivo no sítio eletrônico do Incra, conforme a preferência definida pelo art. 19 da Lei 8.629/1993.	Raimundo Pires Silva José Giacomo Baccarin Wellington Diniz Monteiro
4 - Ausência de ampla divulgação da abertura do processo de seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária, contrariando o disposto no art. 37, caput, da CF c/c art. 2º, § único, inciso V, da Lei 9.784/1999, bem como o art. 10 da Portaria - MDA 6/2013 e o art. 5º, inciso III, do Decreto 4.520/2002 (Princípio da publicidade).	José Giacomo Baccarin Sinésio Luiz de Paiva Sapucahy Filho
5 - Em relação aos Projetos de Assentamento, existência de beneficiários contemplados na RB que não atendem aos requisitos do Programa de Reforma Agrária (peça 157), conforme evidenciado em cruzamento de dados realizado por este Tribunal (peça 151), em ofensa ao disposto nos arts. 17, IV, e 20 da Lei 8.629/1993, art. 25, caput e §3º, da Lei 4.504/1964 e art. 64 do Decreto 59.428/66.	Raimundo Pires Silva (PA Frei Pedro) José Giacomo Baccarin (PA Florestan Fernandes) Wellington Diniz Monteiro (PA União e Luiz Beltrame) Reinaldo Rodrigues Leite (PA Florestan Fernandes, União e Luiz Beltrame)
6 - Descumprimento dos princípios do contraditório e da ampla defesa no processo de seleção de beneficiários relativo aos Projetos de Assentamento, em especial a impossibilidade de interposição de recursos, contrariando o art. 5º, inciso LV, da CF/1988 c/c art. 2º da Lei 9.784/1999.	Raimundo Pires Silva (PA União) Wellington Diniz Monteiro (PA Frei Pedro e Luiz Beltrame) Sinésio Luiz de Paiva Sapucahy Filho (PA Frei Pedro e Luiz Beltrame) Reinaldo Rodrigues Leite (PA União, Frei Pedro e Luiz Beltrame)
7 - Adoção de procedimentos de classificação que não garantem o cumprimento dos critérios de priorização previstos no art. 19 da Lei 8.629/1993 e no art. 25 da Lei 4.504/1964 c/c art. 65 do Decreto 59.428/1966.	Raimundo Pires Silva José Giacomo Baccarin Wellington Diniz Monteiro
8 - Ausência de planejamento formalizado para realização de fiscalizações, em contrariedade ao disposto no art. 5º da Instrução Normativa - Incra 71/2012, que atribui ao Superintendente Regional a competência para o planejamento dos trabalhos, estabelecendo as áreas prioritárias de atuação.	Wellington Diniz Monteiro
9 - Deficiência na identificação de situações irregulares em projetos de assentamento, em afronta ao disposto na IN Incra 71/2012, como também na Lei 4504/1964, art. 25, e na Lei	Wellington Diniz Monteiro Sinésio Luiz de Paiva Sapucahy Filho Reinaldo Rodrigues Leite

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
Gabinete da Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

8629/1993, art. 20.	
10 - Descumprimento dos procedimentos previstos na Instrução Normativa - Incra 71/2012 ou 47/2008, nos casos de constatação de irregularidades nos projetos de assentamento de reforma agrária.	Wellington Diniz Monteiro Sinésio Luiz de Paiva Sapucahy Filho Reinaldo Rodrigues Leite

7. Conforme se extrai dos autos, dos ofícios de audiência encaminhados aos responsáveis, apenas o do Senhor Raimundo Pires Silva não teve retorno, embora conste o devido recebimento (peça 193). Os outros quatro responsáveis apresentaram suas razões de justificativa (peças 199, 200, 202 e 203). E a resposta à oitiva da Superintendência Regional do Incra no Estado de São Paulo encontra-se à peça 198. A Secex-SP analisou os argumentos dos responsáveis na instrução de mérito à peça 208, tendo elaborado minucioso exame das razões de justificativa e elementos da oitiva acostados aos autos.

8. Em suma, a Unidade Técnica entendeu que as irregularidades de número 4 (quatro) a 10 (dez) da tabela do item 6 acima restaram justificadas pelos gestores, de modo que sugeriu o seu acatamento parcial, constituindo antes impropriedades constatadas na auditoria do que irregularidades ensejadoras de sanção pelo Tribunal.

9. Concorde-se com a Unidade técnica quanto às conclusões a que chegou, em caracterizar esses achados (números quatro a dez) como impropriedades, uma vez que representam falhas que não podem ser atribuídas diretamente a condutas que seriam exigíveis dos gestores regionais do Incra, por perpassarem seu plexo de atribuições e tratarem de questões mais afetas a lacunas normativas e deficiências estruturais do instituto, cujas soluções dependem de sua sede. A título de organização, foram os seguintes os argumentos da Secex-SP para concluir pela razoabilidade nas justificativas dos gestores em relação a cada impropriedade, aos quais anuímos:

Irregularidade	Justificativa para acolhimento (Unidade Técnica)
4	O processo de seleção de candidatos não contava com detalhamento, na legislação e nos normativos internos do Incra, quanto aos procedimentos específicos a serem adotados.
5	Presença de deficiências institucionais atinentes à sistemática adotada pelo Incra para verificação se os candidatos atendem aos requisitos exigidos na legislação. Falta de adequada confiabilidade e precisão na aferição da remuneração do candidato por meio de anotações da Carteira de Trabalho ou da condição de empresário por meio de certidão da Receita Federal.
6	Falta de detalhamento, na legislação e nos normativos internos do Incra, quanto aos procedimentos relativos ao exercício do contraditório e da ampla defesa no processo de seleção dos beneficiários, o que veio a ser disciplinado posteriormente ao período examinado, por meio do Decreto n.º 8.738/2016.
7	Inadequação da sistemática de classificação adotada pelo sistema Sipra (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária), que segue critérios definidos no Anexo II da Norma de Execução Incra n.º 45/2005, cuja instância responsável pela gestão e manutenção do sistema, bem como edição da referida norma, é o Incra/Sede.
8, 9 e 10	Presença de graves deficiências estruturais na unidade regional, de origem que remontava a períodos anteriores, cuja solução depende do Incra/Sede. Significativa escassez de recursos humanos, materiais e financeiros necessários à atuação tempestiva da SR-08/SP.

10. No tocante à irregularidade de número 3 (três) da tabela do item 6 acima, a Secex-SP não acolheu os argumentos dos ex-superintendentes, sob o fundamento de que a determinação contida no item 2.8 do Acórdão 753/2008-TCU-Plenário dirigiu-se expressamente às Superintendências Regionais do Incra, e não ao Incra/Sede, e que as defesas não apresentaram qualquer comprovação de que os responsáveis, no exercício do cargo de Superintendente Regional, teriam solicitado à Sede do Instituto a adoção de medidas para o cumprimento da determinação do TCU.

11. Quanto à irregularidade de número 2 (dois) da tabela do item 6 acima, objeto de audiência apenas do Senhor Wellington Diniz Monteiro, a Secex-SP demonstrou, pela sequência de datas da documentação do processo administrativo de seleção do PA União, de que não procede a alegação do responsável de desconhecimento do parecer da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra/SP,

que teria sido ocasionado por erro e deficiência na tramitação do processo. Desse modo, o ato de homologação das listas de beneficiários propostas em atas dos acampamentos, conduzido pelo responsável em contrariedade a parecer jurídico que não o recomendava, é motivo suficiente de rejeição das razões de justificativa do responsável, no entender da Unidade Técnica.

12. Por fim, em relação à irregularidade de número 1 (um) da tabela do item 6 acima, que trata do direcionamento do processo de inscrição a famílias indicadas por movimentos sociais e/ou associações, a Secex-SP acatou as razões de justificativa apresentadas pelo Senhor José Giacomo Baccarin, mas propôs a rejeição das alegações trazidas pelos Senhores Wellington Diniz Monteiro e Reinaldo Rodrigues Leite, bem como, diante da revelia do Senhor Raimundo Pires Silva, sua igual culpabilidade. Em suma, a Unidade Técnica pautou-se nos fatos registrados e demonstrados no relatório de auditoria de que houve efetivo direcionamento no processo de inscrição a famílias de movimentos sociais e/ou associações, em contrariedade ao princípio da impessoalidade, e de que era responsabilidade tanto de quem ocupava o cargo de Superintendente Regional quanto de Chefe da Divisão de Desenvolvimento que dessem o devido cumprimento à lei, restando caracterizado o nexo de causalidade entre as condutas praticadas e os resultados ilícitos, não cabendo falar em ausência de culpa.

13. A proposta de mérito da Secex-SP, frente às análises efetuadas na instrução da peça 208 e resumidas nos parágrafos acima, é no sentido de que sejam acatadas as razões de justificativa do Senhor Sinésio Luiz de Paiva Sapucahy Filho, rejeitadas as razões de justificativa dos Senhores José Giacomo Baccarin, Wellington Diniz Monteiro e Reinaldo Rodrigues Leite, considerado revel o Senhor Raimundo Pires Silva, e aplicada, a esses quatro últimos gestores, a multa individual do art. 58, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992.

14. Quanto às três primeiras irregularidades da tabela do item 6, ensejadoras da proposta de multa aos gestores identificados, conforme as razões resumidas nos parágrafos 11 a 13 acima, diverge-se em parte do exame e encaminhamento alvitado pela Unidade Técnica, conforme os fundamentos a seguir expostos.

15. Em relação à irregularidade de número 3 (três) da tabela do item 6 acima, para esclarecer, a determinação do item 2.8 do Acórdão n.º 753/2008-TCU-Plenário às Superintendências Regionais do Incra contou com a seguinte redação: “que, com o objetivo de conferir publicidade ao processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária pelos assentados, em obediência ao disposto no caput do artigo 37 da CF/88, doravante publique no sítio da Autarquia na internet a relação de beneficiários contemplados, com a respectiva ordem de classificação, conforme a preferência definida pelo artigo 19 da Lei 8.629/1993 (Parágrafos 3.38 ao 3.51 do Relatório de fls. 316/454)”. Referida lei teve por objetivo regulamentar os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

16. O teor da determinação acima é claro no sentido de que constitui dever da autoridade máxima da unidade regional, ou seja, de seu superintendente, tomar as providências para dar a devida publicidade da ordem de classificação dos inscritos quando da divulgação do resultado do processo seletivo. O art. 19 da lei fixa uma ordem objetiva de preferência entre indivíduos e famílias candidatos na distribuição de lotes. Por imperativo de transparência, é função do gestor responsável demonstrar que os critérios legais estão sendo obedecidos.

17. No entanto, embora se reconheça a força cogente das determinações expedidas pelo TCU, o art. 58, inciso VII, da Lei n.º 8.443/1992 – que, a nosso ver, é o dispositivo adequado à responsabilização por essa irregularidade – prevê que a referida multa somente será aplicada no caso de reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal. No caso sob análise, a determinação do item 2.8 do Acórdão n.º 753/2008-TCU-Plenário foi dirigida de modo genérico a todas as Superintendências Regionais do Incra, não tendo havido, em relação aos ex-superintendentes responsabilizados neste processo, pessoas físicas, qualquer informação que demonstre que tenham eles reincididos no descumprimento daquela determinação.

18. Ademais, a determinação do Acórdão n.º 753/2008-TCU-Plenário foi realizada em 2008, época em que os gestores que respondem a este processo não ocupavam a superintendência, ou seja, não estavam no cargo quando da prolação do acórdão (ocuparam a função nos períodos de 2010 a

2014). Não se está a afirmar, por esse raciocínio, que não haja responsabilidade dos sucessores no cumprimento de determinações do Tribunal. Embora as determinações sejam dirigidas às entidades, e não aos seus dirigentes, as deliberações devem ser observadas pelos futuros dirigentes (nesse sentido, Acórdão n.º 2.854/2009-TCU-Segunda Câmara). Porém, a aplicação da multa do art. 58, inciso VII, da Lei n.º 8.443/1992 depende de descumprimento reincidente de determinação do TCU, ou seja, quando verificado descumprimento de acórdão que reitera comando de acórdão anterior (nesse sentido, Acórdão n.º 3.264/2016-TCU-Segunda Câmara). Portanto, de modo contrário ao que defende a Unidade Técnica, pelos argumentos aqui expendidos, entendemos que a irregularidade não é grave o suficiente para ensejar a aplicação de multa aos ex-superintendentes.

19. Ainda com relação a essa irregularidade, tomando por base as defesas apresentadas, aventou-se que a viabilização da operação do *site* da Autarquia, para dar cumprimento à determinação do item 2.8 do Acórdão n.º 753/2008-TCU-Plenário, possa estar na dependência de decisões da Sede do Incra, com relação a ferramentas e gestão de Tecnologia da Informação.

20. Nesse sentido, entende-se que, no acórdão que vier a ser prolatado com a consolidação das várias fiscalizações (FOC), a cargo da SecexAmbiental, seja dirigida determinação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para que a autarquia providencie o devido suporte de tecnologia da informação a suas superintendências regionais, de modo que elas tenham condição de dar publicidade à ordem de classificação dos beneficiários dos projetos, e assim viabilizar o cumprimento do item 2.8 do Acórdão n.º 753/2008-TCU-Plenário.

21. Quanto à irregularidade de número 1 (um) da tabela do item 6 acima, entendemos, como a Secex-SP, que as razões de justificativa do Senhor José Giacomo Baccarin devem ser acatadas. Conforme concluído pela Unidade Técnica, a conduta atribuída ao responsável foi a de expedir ofícios de convocação que noticiavam a realização de reuniões para criação de assentamentos, ato cujo conteúdo não guarda relação de causalidade com o direcionamento do processo de inscrição a famílias indicadas por movimentos sociais e/ou associações, mas sim com a ausência de ampla divulgação da abertura do processo de seleção de candidatos ao programa de reforma agrária.

22. Com relação aos Senhores Wellington Diniz Monteiro e Reinaldo Rodrigues Leite, também concordamos com a instrução de mérito de que suas alegações devem ser rejeitadas, com aplicação de multa. De acordo com a Matriz de Responsabilização do Relatório de Auditoria (peça 153, pp. 57-60), ambos os responsáveis praticaram atos comissivos, identificados no processo, com nítido nexo causal com o resultado ilícito. O Senhor Wellington Diniz Monteiro autorizou a homologação de três projetos de assentamento, enquanto o Senhor Reinaldo Rodrigues Leite integrou comissão de seleção e conduziu processo de seleção de dois dos projetos, condutas que contribuíram para a irregularidade.

23. A mesma situação dos dois gestores anteriores não se verifica em relação ao Senhor Raimundo Pires Silva. Nesse ponto, divergimos da Secex-SP quanto à sua responsabilização pelo achado (direcionamento do processo de inscrição a famílias indicadas por movimentos sociais e/ou associações). Observando a Matriz de Responsabilização, a conduta associada ao Senhor Raimundo Pires Silva foi de que exercia o cargo de Superintendente Regional do Incra em São Paulo, e, nessa posição, deveria zelar pela regular condução do processo seletivo referente ao PA Frei Pedro. Ocorre que não há nos autos nenhum ato concreto atribuído ao responsável que ateste que ele tenha dado causa ao resultado danoso no período em que esteve à frente da Superintendência Regional. Não é suficiente concluir que a mera ocupação do cargo já lhe atrai a responsabilidade pelos ilícitos constatados. É necessário que se demonstre algum ato ou conduta, no mínimo culposos, ou omissão grave, para que se estabeleça a relação de causalidade.

24. Dada essa ausência de comprovação de conduta praticada, mesmo que o processo de seleção do PA Frei Pedro tenha se iniciado ainda na gestão do responsável (início em setembro/2010, e período de gestão entre 1/1/2010 e 20/6/2011), não se vislumbra motivo para a aplicação de multa ao Senhor Raimundo Pires Silva, como foi proposto pela Unidade Técnica.

25. Quanto à responsabilidade do Senhor Wellington Diniz Monteiro pela irregularidade de número 2 (dois) da tabela do item 6 acima, referente ao encaminhamento dado ao processo do PA União para homologação com contrariedade ao parecer da Procuradoria Federal Especializada junto ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Gabinete da Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Incra/SP, estamos de acordo com a Secex-SP de que a conduta foi grave o suficiente para acarretar a multa do art. 58 da Lei n.º 8.443/1992.

26. Consolidando as divergências deste parecer em relação às irregularidades de número 1 (um) e 3 (três) da tabela do item 6, conclui-se que apenas aos Senhores Wellington Diniz Monteiro e Reinaldo Rodrigues Leite deve ser aplicada a multa do art. 58, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, excluindo-se da sanção pecuniária os Senhores Raimundo Pires Silva, José Giacomo Baccarin e Sinésio Luiz de Paiva Sapucahy Filho.

27. Por fim, a Secex-SP analisou a resposta à oitiva do atual Superintendente Regional do Incra no Estado de São Paulo, tendo concluído que seu atendimento foi adequado. Em suma, informou-se na resposta que os trabalhos relacionados à seleção e homologação de famílias beneficiárias de futuros projetos de assentamento encontram-se paralisados, tendo em vista decisão judicial proferida em Ação Civil Pública proposta pelo MPF, suspensão cautelar dos procedimentos de seleção de novos beneficiários pelo Acórdão n.º 775/2016-TCU-Plenário e recomendação da CGU. Sendo assim, o foco atual tem sido o saneamento das irregularidades identificadas pelo TCU e pela CGU quanto aos beneficiários. O atual Superintendente também fez menção às várias deficiências normativas e de estrutura que acometem a unidade regional.

28. Concorde-se, nesse ponto, com a proposta da Unidade Técnica de dar ciência à Superintendência Regional do Incra no Estado de São Paulo do acórdão que vier a ser proferido. No entanto, entendemos que, ao invés da ciência genérica proposta, seria de bom alvitre que um item específico do acórdão listasse todos os achados encontrados, irregularidades e impropriedades, com as leis e normas contrariadas, para que, quando da retomada dos processos de seleção para novos projetos de assentamento, sejam de conhecimento amplo dos ocupantes do cargo de superintendente.

29. Diante do exposto, com as devidas vênias à Secex-SP onde houve divergência, esta representante do Ministério Público de Contas propõe o seguinte encaminhamento:

a) acatar as razões de justificativa apresentadas pelos Senhores José Giacomo Baccarin e Sinésio Luiz de Paiva Sapucahy Filho;

b) considerar revel, com fundamento no art. 12, § 3.º, da Lei n.º 8.443/1992, o Senhor Raimundo Pires Silva, sem prejuízo de afastar a sua responsabilidade pelas ocorrências a ele imputadas;

c) rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Senhores Wellington Diniz Monteiro e Reinaldo Rodrigues Leite;

d) aplicar aos Senhores Wellington Diniz Monteiro, ex-Superintendente Regional do Incra no Estado de São Paulo, e Reinaldo Rodrigues Leite, ex-Chefe da Divisão de Desenvolvimento, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a data dos efetivos recolhimentos;

e) no acórdão que vier a ser proferido no processo de consolidação da presente FOC, determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Sede), se ainda não o fez, que providencie suporte de tecnologia da informação a suas superintendências regionais, incluindo política de alimentação do *site*, de modo a viabilizar o cumprimento do item 2.8 do Acórdão n.º 753/2008-TCU-Plenário;

f) dar ciência à Superintendência Regional do Incra no Estado de São Paulo, em forma de item específico no acórdão, das irregularidades e impropriedades detectadas nos achados de auditoria, especificando os dispositivos legais contrariados.

Ministério Público de Contas, 11 de novembro de 2019.

Cristina Machado da Costa e Silva
Procuradora-Geral